



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**



ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS

Douglas Wenceslau Lima

Ouro Preto – MG
2023

DOUGLAS WENCESLAU LIMA

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito básico para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia.

Orientadora Prof. Dra. Marta Bertin

Ouro Preto - MG

2023



FOLHA DE APROVAÇÃO

Douglas Wenceslau Lima

Ensino de Geografia para alunos surdos

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Geografia

Aprovada em 13 de dezembro de 2023

Membros da banca

Profa. Dra. Marta Bertin - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. David Melo Van Den Brule - Universidade Federal de Ouro Preto

Marta Bertin, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/12/2023



Documento assinado eletronicamente por **Marta Bertin, COORDENADOR(A) DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**, em 13/12/2023, às 22:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0641752** e o código CRC **0A88636B**.

ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNOS SURDOS

Douglas Wenceslau Lima

RESUMO

O artigo aborda os desafios enfrentados no ensino de Geografia diante da inclusão de alunos surdos. Para tal, buscaremos levantar também uma importante discussão sobre a prática pedagógica nas aulas de Geografia que incluam toda a particularidade do aluno surdo. Questões relacionadas à acessibilidade, à inclusão e à heterogeneidade dos estudantes surdos para refletirmos sobre esse complexo processo de ensino-aprendizagem. Os desafios em relação a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa, suas particularidades e carências, e o debate sobre a necessidade da utilização de material didático. Identificamos, assim, algumas possibilidades no ensino da Geografia através da utilização de recursos visuais, são uma ótima ferramenta para auxiliar no ensino da Geografia e aprofundar o debate sobre as práticas de ensino e que podem auxiliar no aprofundamento do debate sobre as práticas de ensino. Eles podem incluir mapas, gráficos, imagens, vídeos e outras representações visuais que facilitam a compreensão dos conceitos geográficos. Artigo "Uma Reflexão Acerca do Ensino de Geografia e da Inclusão de Alunos Surdos em Classes Regulares" de Jacqueline Praxedes Almeida, Illana Silva Rocha e Sara Alcântara Peixoto tem como objetivo relatar as percepções e experiências vivenciadas acerca de como vem se efetivando a educação Inclusiva, numa perspectiva centrada no aluno surdo e na caracterização do ensino de Geografia.

Palavras-Chave: Ensino de Geografia. Libras. Inclusão. Práticas Pedagógicas.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. DESENVOLVIMENTO | 8 |
| 2.1. Inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar | 8 |
| 2.2. A Libras e seus recursos didáticos | 13 |
| 2.3. Práticas pedagógicas para alunos surdos nas aulas de Geografia | 15 |
| 3. CONCLUSÃO | 19 |
| REFERÊNCIAS..... | 22 |

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental de natureza social, vem detalhado no Título VIII, Da Ordem Social, especialmente nos artigos 205 a 214. Com fundamento em tal direito, é possível afirmar que a pessoa com deficiência auditiva enfrenta inúmeros desafios em seu dia a dia, em especial no meio acadêmico, no qual, além da ausência de estratégias diferenciadas para otimizar as aulas, há dificuldade na transmissão e compreensão dos conteúdos ministrados.

A falta de recursos no ensino regular pode representar uma barreira significativa para a acessibilidade de alunos surdos. A acessibilidade educacional para pessoas com deficiência, incluindo os surdos, é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades no processo educacional. Aqui estão algumas dificuldades comuns relacionadas à falta de recursos e possíveis estratégias para superá-las:

- Falta de intérpretes de Libras:

Dificuldade: A presença de intérpretes de Libras é fundamental para a comunicação eficaz entre professores e alunos surdos. No entanto, a escassez desses profissionais pode ser um desafio.

Estratégias: Investir na formação de mais intérpretes de Libras, promover parcerias com instituições especializadas e explorar tecnologias de tradução automática de Libras podem ser estratégias.

- Material didático não adaptado:

Dificuldade: Materiais didáticos que não são adaptados para atender às necessidades dos alunos surdos podem dificultar o acesso ao conteúdo.

Estratégias: Desenvolver e disponibilizar materiais didáticos adaptados, como vídeos com legendas, textos em Libras, e mapas táteis, pode ajudar a superar essa dificuldade.

- Falta de recursos tecnológicos:

Dificuldade: A falta de tecnologia adequada, como softwares educacionais acessíveis, pode limitar as opções de aprendizado para os alunos surdos.

Estratégias: Buscar parcerias com organizações que fornecem tecnologias assistivas, promover a aquisição de equipamentos e promover o uso de recursos educacionais online acessíveis.

- Formação insuficiente de professores:

Dificuldade: A falta de conhecimento e treinamento específico para lidar com alunos surdos pode comprometer a qualidade do ensino.

Estratégias: Oferecer programas de formação continuada para professores, promover workshops e incentivar a troca de boas práticas entre educadores podem contribuir para a melhoria da formação.

- Infraestrutura inadequada:

Dificuldade: Infraestruturas físicas que não são adaptadas, como salas de aula sem recursos visuais adequados, podem dificultar o ambiente de aprendizado para alunos surdos.

Estratégias: Buscar recursos para adaptação da infraestrutura, como sinalização visual, instalação de recursos audiovisuais e garantir a acessibilidade arquitetônica.

- Falta de profissionais de apoio:

Dificuldade: A ausência de profissionais de apoio, como instrutores de Libras ou profissionais especializados, pode limitar o suporte necessário.

Estratégias: Incentivar a contratação de profissionais de apoio, estabelecer parcerias com instituições especializadas e promover o trabalho colaborativo entre educadores e especialistas.

Essas estratégias podem contribuir para superar as dificuldades relacionadas à falta de recursos no ensino regular e promover um ambiente educacional mais inclusivo para os alunos surdos. É essencial que governos, instituições educacionais e a sociedade em geral estejam engajados na promoção da acessibilidade e na superação desses desafios.

Assim como no caso das práticas direcionadas a alunos ouvintes, a Geografia deve manter seu caráter crítico e reflexivo, por meio da autonomia associada às possibilidades de entender o mundo e as distintas realidades por meio de uma gama de conceitos que lhe constituem enquanto ciência e matéria escolar.

Compreendo a importância de abordar o ensino de Geografia de forma inclusiva, considerando as necessidades específicas dos alunos surdos. A inclusão de métodos amplos e abrangentes é fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conteúdo de forma eficaz.

A utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é um passo crucial para a inclusão de alunos surdos no ambiente educacional. No entanto, é importante

reconhecer que a inclusão vai além da linguagem de sinais e envolve a adaptação de materiais educacionais para atender às diversas necessidades dos alunos.

Algumas estratégias que podem ser consideradas para superar as barreiras no processo educacional incluem:

1. **Produção de Materiais Acessíveis:** Desenvolver materiais educacionais que contemplem a Libras, como vídeos com intérpretes de sinais, recursos visuais e textos adaptados para atender às necessidades específicas dos alunos surdos.
2. **Capacitação de Professores:** Oferecer treinamento para professores sobre métodos de ensino inclusivos, estratégias para adaptação de materiais e como melhor atender às necessidades dos alunos surdos.
3. **Colaboração com Intérpretes:** Estabelecer uma colaboração efetiva entre professores e intérpretes de Libras para garantir que a comunicação seja eficaz e que os alunos surdos possam participar ativamente das aulas.
4. **Tecnologia Assistiva:** Explorar o uso de tecnologias assistivas que possam facilitar o aprendizado, como softwares educacionais específicos, legendas em vídeos, entre outros.
5. **Ambiente Inclusivo:** Promover um ambiente escolar inclusivo, sensibilizando toda a comunidade educacional sobre a importância da inclusão e respeito à diversidade.

Ao adotar essas estratégias, é possível criar um ambiente educacional mais inclusivo, no qual os alunos surdos possam desenvolver suas habilidades e participar ativamente do processo de aprendizagem em Geografia e outras disciplinas.

Através das dificuldades de comunicação e consequente compreensão enfrentadas pelos alunos surdos buscam-se experiências e reflexões que ajudem a pensar caminhos potenciais para as práticas de ensino de Geografia, caminhos esses que incluam toda a particularidade do aluno surdo, ampliando um debate sobre possibilidades do ensino de Geografia para esse público. Questões relacionadas à acessibilidade, à inclusão dos estudantes surdos para refletir sobre esse complexo processo de ensino-aprendizagem.

Para o desenvolvimento deste artigo de revisão buscamos analisar e buscar referências sobre esse assunto e uma melhor compreensão da dificuldade do ensino de Geografia para surdos.

Salienta Skliar (1998),

[...] a surdez constitui uma diferença a ser politicamente reconhecida; a surdez é uma experiência visual; é uma identidade múltipla e multifacetada, que está localizada dentro do discurso sobre deficiência. Há a possibilidade de estar sempre buscando e propondo, conhecer a apropriação das potencialidades do sujeito surdo, voltados para análise dos discursos acerca da surdez seja no contexto político, social e escolar inclusivistas, sem, entretanto, esquivar da importância desse sujeito como agente de transformação, como um todo no meio social (SKLIAR, 1999, p. 21).

Se faz necessário estimular os alunos a interagirem, induzindo a um processo de conscientização e proporcionando também uma comunicação lúdica, aprendendo que a educação é para todos, com equidade. Sabendo que a particularidade e necessidade que é vista na educação inclusiva, que é um modelo de educação que visa garantir o acesso e a participação de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou culturais, representa, fazendo que toda sociedade trabalhe em bem comum. (OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO, 2023)

Os objetivos gerais desse artigo é mostrar as dificuldades, os enfrentamentos e avanços que o ensino da Geografia apresenta enquanto área de conhecimento na educação inclusiva considerando os alunos com surdez.

O método utilizado para a realização deste trabalho é a pesquisa bibliográfica. Foram consultados diversos materiais na área da educação e cultura surda/muda. O intuito da pesquisa requer não somente uma particularidade, mas voltar no que é essencial para aqueles que vivem em busca da inclusão.

Importante dizer que, mesmo sendo um apanhado de estudos realizados por outros pesquisadores, a pesquisa bibliográfica não é apenas repetição do que já foi dito ou escrito por tais estudiosos, na realidade, ela atua construindo uma nova leitura resultante de estudos, análises e olhares que pressupõe uma nova contribuição, estimulando a aprender a Geografia de forma a se vivenciar no dia a dia.

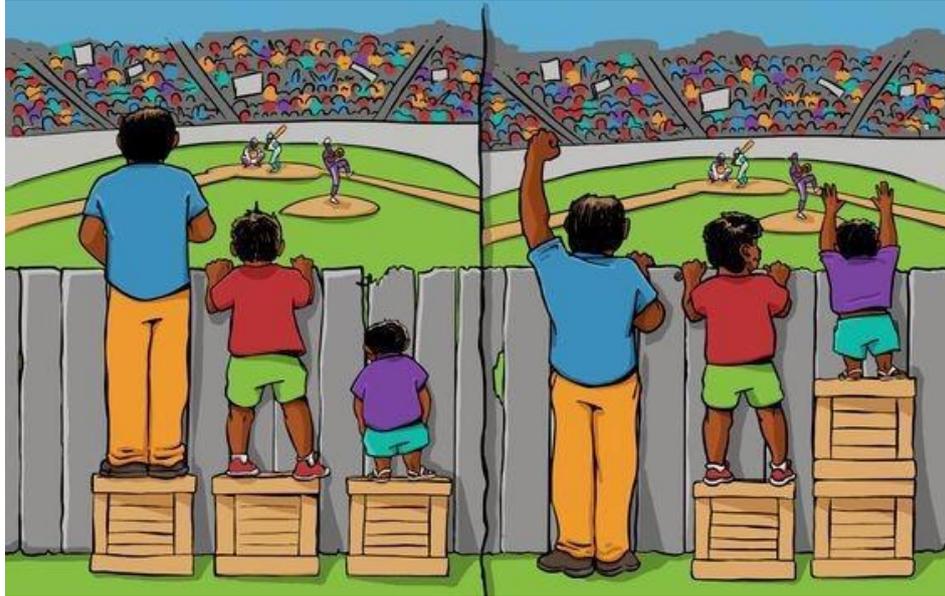
2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Inclusão dos alunos surdos no ambiente escolar

A crescente necessidade de inclusão no ambiente escolar resultou na criação da Lei 14.191, de 2021, que insere a Educação Bilíngue de Surdos na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394, de 1996) como uma modalidade de ensino independente — antes incluída como parte da educação especial.

Inclusão e equidade caminham juntas (Figura1), pois a inclusão busca garantir a participação plena e igualitária de todas as pessoas na sociedade, enquanto a equidade busca a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos. Ambas são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e igualitária. A equidade é a justiça social que busca garantir igualdade de oportunidades e condições para todas as pessoas, independentemente de suas características ou circunstâncias. A equidade na educação refere-se à promoção da justiça social ao garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características individuais, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais e condições propícias para o aprendizado. Isso reconhece e aborda as desigualdades existentes, garantindo que cada aluno receba o apoio necessário para atingir seu potencial máximo. A equidade na educação vai além da igualdade superficial, reconhecendo que diferentes pessoas podem precisar de recursos e apoios diferentes para terem oportunidades verdadeiramente iguais. Isso implica em adotar práticas, políticas e estratégias que levem em consideração as diversas necessidades, contextos e capacidades dos alunos, promovendo inclusão e garantindo que nenhum estudante seja abandonado. Essa abordagem enfatiza a importância de compreender e responder às diferenças individuais, considerando fatores como origem étnica, socioeconômica, deficiências, estilos de aprendizado e outros. Ao buscar a equidade na educação, as instituições educacionais buscam criar um ambiente em que todos os alunos possam prosperar, independentemente de suas circunstâncias iniciais.

Figura 1 – Igualdade x Equidade



Fonte: Disponível em <<https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/diferenca-entre-igualdade-e-equidade/>>. Acesso em 20, nov e 2023.

À esquerda a imagem representa a igualdade, que não garante condições justas. À direita está a equidade.

A inclusão de alunos na educação e em particular no ensino de Geografia em classes regulares é um desafio importante. Para promover a inclusão, é essencial que as escolas adotem estratégias e recursos adequados, como intérpretes de Libras, materiais visuais e tecnologias assistivas¹. Além disso, os professores devem receber formação específica para atender às necessidades dos alunos surdos, adaptando o conteúdo e utilizando métodos de ensino acessíveis, como a comunicação visual e o uso de recursos visuais. A colaboração entre professores, alunos e suas famílias também é fundamental para criar um ambiente inclusivo e garantir a participação plena dos alunos surdos no processo de aprendizagem.

A implementação de leis de inclusão, que visam garantir a participação plena e igualitária de pessoas com deficiência na sociedade, certamente teve impactos significativos no ambiente educacional. Essas leis, muitas vezes, buscam assegurar o acesso à educação e promover a inclusão de alunos com necessidades especiais

¹ Tecnologia Assistiva (TA) é um termo utilizado para identificar recursos e serviços voltados às pessoas com deficiência visando proporcionar a elas, autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. No campo educacional, a Tecnologia Assistiva (TA) pode ser compreendida como uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba recursos, estratégias, produtos, serviços e metodologias que têm como objetivo promover e favorecer a participação dos estudantes com alguma deficiência nas diversas atividades escolares, visando a atender os objetivos educacionais comuns e desenvolver nesses estudantes suas potencialidades, autonomia e independência. (ESCOLA DIGITAL PROFESSOR, 2023)

em escolas regulares. Após a criação dessas leis, os professores se viram diante de novos desafios e oportunidades, uma situação nova, para a qual não estavam e nem foram preparados, pois “no Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, um sistema de ensino que tem sido predominante em várias partes do mundo ao longo de décadas, que compartilha características comuns que têm sido tradicionalmente observadas em escolas e sistemas educacionais, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva” (PLETSCH, 2009, p. 150). O despreparo para lidar com essa nova situação fez com que os professores sentissem que seu espaço estava sendo invadido, tanto pelo intérprete como pelos alunos com necessidade especial, já que eles passaram a dividir a classe com os demais colegas. Nessa nova realidade os docentes não conseguiram promover a inclusão, se omitiram diante da diversidade e permitiram a segregação, alunos ouvintes de um lado e surdos de outro. Os conflitos gerados a partir dessa nova situação não ganharam, na época, a devida atenção e se fazem presentes ainda hoje nessa escola. A falta de atenção aos conflitos gerados pela segregação de alunos ouvintes e surdos pode resultar em consequências significativas para o ambiente escolar.

A inclusão na escola tem como principal objetivo acolher e dar a possibilidade de todas as crianças e adolescentes terem o direito deles garantido, que é a educação desde os Anos Iniciais até o Ensino Médio, ou seja, em todas as etapas da vida escolar, independentemente da classe social, condição psicológica ou física.

Qualquer instituição educacional brasileira, seja pública ou privada, tem a obrigatoriedade de acolher e incluir crianças com necessidades especiais, oferecendo um atendimento especial, mas conhecido como Educação Especial ou Educação Inclusiva. A Lei n. 7.853/89 estabelece que nenhuma escola pública ou privada pode recusar, suspender, atrapalhar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a matrícula de estudante com deficiência por motivos derivados da deficiência do estudante, punindo quem viola essa regra com pena de reclusão de um a quatro anos e multa. Também a Lei n. 12.764/12 pune o gestor escolar ou autoridade competente que recusar a matrícula de aluno com qualquer tipo de deficiência com multa de três a 20 salários-mínimos. A Constituição Federal assegura o direito de todos à educação, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. (PCD LEGAL, 2023)

A inclusão, desenvolvendo um método que seja compreensível à todos, é um processo educativo que envolve toda equipe escolar. É preciso entender que a

inclusão faz a diferença dentro da sala de aula, é primordial que todos trabalhem com um só pensamento dando prioridade ao educando e adaptando as condições da instituição escolar à inclusão de acordo com as particularidades da turma, sendo importante refletir sobre a inserção e integração dos alunos surdos no ambiente educativo.

A escola deve estimular a busca por qualificação dos profissionais na área da educação especial, já que hoje a inclusão é um desafio nas escolas regulares de ensino. Nesse sentido o professor na área de Geografia deve se preocupar com a sua formação continuada, para garantir ao seu alunado com diferentes necessidades, uma aprendizagem significativa.

Assim, a escola que tem o compromisso com seus alunos que possuem necessidades especiais, está trabalhando de fato a diversidade ali existente de forma digna e comprometedora.

Incorporar os alunos surdos neste contexto educacional exige mudanças expressivas, que priorizem na compreensão e comunicação, valorizando os alunos e alunas portadores de necessidades especiais, onde deve haver uma reflexão no sentido de melhorar as práticas pedagógicas favorecendo uma aprendizagem contínua e igual para todos, com inclusão e equidade. Incorporar os alunos surdos em um contexto educacional exige uma abordagem inclusiva e sensível que vá além da simples adaptação do ambiente físico. A promoção da igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais. Lembrando que o princípio é buscar uma abordagem inclusiva que beneficie a todos, independentemente de suas características individuais, sem criar barreiras adicionais.

Visando compreender a melhor forma de acolher as pessoas especiais no ensino regular é crucial estabelecer a necessidade de incorporar recursos que possam atendê-los, com a acessibilidade necessária. Compreender a melhor forma de acolher pessoas com necessidades especiais no ensino regular, sem focar exclusivamente em suas deficiências, é um passo importante para promover uma educação inclusiva. A abordagem centrada nas habilidades e no potencial dos alunos, em vez de nas limitações, contribui para um ambiente mais acolhedor e igualitário. Aqui estão algumas diretrizes para incorporar recursos e promover a acessibilidade:

Acessibilidade Física: Garanta que as instalações escolares sejam fisicamente acessíveis, incluindo rampas, elevadores e banheiros adaptados. Certifique-se de que o ambiente seja seguro e de fácil locomoção para todos.

Recursos Pedagógicos Diversificados: Adote uma variedade de recursos pedagógicos que atendam a diferentes estilos de aprendizagem. Isso pode incluir materiais visuais, auditivos, táteis e interativos.

Formação de Professores: Proporcione formação contínua para os professores sobre estratégias pedagógicas inclusivas, que considerem as necessidades diversas dos alunos. Isso inclui práticas de ensino diferenciadas e adaptações curriculares.

Uso de Tecnologias Assistivas: Integre tecnologias assistivas, como softwares específicos, aplicativos educacionais e dispositivos adaptados, para apoiar o aprendizado de alunos com necessidades especiais.

Apoio Individualizado: Ofereça apoio individualizado quando necessário, seja por meio de professores de apoio, auxiliares de sala, ou outros profissionais especializados, para atender às necessidades específicas dos alunos.

Ambiente Inclusivo: Promova um ambiente escolar inclusivo, onde a diversidade é valorizada e respeitada. Estimule a interação entre alunos e crie atividades que incentivem a colaboração.

Comunicação Clara e Acessível: Utilize uma comunicação clara e acessível, adaptando-se às necessidades de cada aluno. Isso pode envolver o uso de linguagem simples, recursos visuais, Libras ou outros meios de comunicação, dependendo das necessidades individuais.

Avaliação Flexível: Implemente métodos de avaliação flexíveis que considerem as diferentes formas de expressão e aprendizado dos alunos. Permita que os alunos demonstrem seu conhecimento de maneiras diversas.

Conscientização e Educação Continuada: Realize atividades de conscientização para toda a comunidade escolar, promovendo a compreensão sobre a importância da inclusão e os benefícios de um ambiente diversificado.

Participação Ativa dos Alunos: Incentive a participação ativa de todos os alunos em atividades escolares, clubes e eventos, promovendo um senso de pertencimento e contribuição para a comunidade escolar.

Ao seguir essas diretrizes, as escolas podem criar um ambiente educacional que acolhe e apoia todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, promovendo uma educação inclusiva e equitativa.

Assim, apesar de surgir leis, ainda há muito a ser elaborado para promover a inclusão. Recursos financeiros é algo ainda bem dificultoso para ter repasse. Bem como aquisição de materiais essenciais para um ensino que todo aluno precisa. (SILVEIRA, 2013).

2.2. A Libras e seus recursos didáticos

LIBRAS é a sigla para Língua Brasileira de Sinais e trata-se do conjunto de um sistema linguístico, composto por símbolos e sinais para comunicação e expressão de pessoas com deficiência auditiva.

No Brasil, a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida e regulamentada, através da Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, se tornando recurso utilizado para comunicação e expressão visual motora. Bem como a Constituição Brasileira, que reforça capítulo importante para educação inclusiva, embora haja uma crescente conscientização e comprometimento com a inclusão, existem barreiras persistentes que demandam uma atenção contínua e ação proativa para superá-las. O progresso pode estar em curso, mas há ainda muito trabalho a ser feito para garantir que todos os alunos tenham acesso equitativo à educação e se sintam plenamente integrados no ambiente escolar.

Além disso, através do Decreto N°5.626, de 22 de dezembro de 2005, foram reforçadas as condições e necessidades para que a linguagem se tornasse parte do currículo educacional. Sendo assim, havendo a necessidade de profissionais e professores dentro das instituições para ensinar Libras. A carência de professores de Libras no Brasil é um desafio enfrentado em diversas regiões do país. A distribuição desigual de profissionais de Libras está relacionada a diversos fatores, incluindo a demanda crescente por esses profissionais em diferentes setores, a concentração de recursos em determinadas áreas metropolitanas e as políticas específicas de inclusão em cada localidade. Desde então, como forma de incentivo do aprendizado e inclusão social e cultural, abre-se espaços para introdução do ensino e aprendizagem de Libras, sendo parte do âmbito escolar, social e profissional.

Portanto, o ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais está presente no planejamento curricular das instituições de ensino, quer seja na Educação Básica como no Ensino Superior. Por isso, há variedade de opções de cursos de introdução da linguagem em muitas plataformas educacionais.

Alguns exemplos de recursos e estratégias que podem ser usados para ensinar Geografia para surdos incluem:

- Mapas táteis e sensoriais (Figura 2): mapas que apresentam características em relevo para permitir que as pessoas possam tocar e sentir diferentes elevações.
- Adaptação de Mapas para Libras: Desenvolver recursos cartográficos que estejam adaptados para a linguagem de sinais, permitindo aos estudantes surdos explorarem e compreenderem conceitos geográficos.
- Uso de Tecnologia: Explorar ferramentas e tecnologias educacionais que possam incorporar elementos visuais e interativos para ensinar conceitos geográficos de maneira acessível aos estudantes surdos.
- Atividades Práticas: Incentivar atividades práticas e experiências de campo que permitam aos alunos surdos explorarem e compreender o ambiente ao seu redor, relacionando conceitos geográficos à sua experiência pessoal.
- Experiências Multissensoriais: Criar experiências multissensoriais que envolvam não apenas a visão, mas também outros sentidos, para enriquecer a compreensão geográfica dos alunos surdos.
- Vídeos com legendas: vídeos educativos sobre Geografia que incluem legendas para permitir que as pessoas surdas possam compreender o conteúdo.
- Intérpretes de língua de sinais: professores ou intérpretes que utilizam a língua de sinais para ensinar conceitos geográficos.
- Gráficos e diagramas: recursos visuais que apresentam informações sobre dados geográficos de forma clara e acessível.
- Visitas a locais geográficos: atividades que permitem que as pessoas surdas visitem locais geográficos e aprendam sobre suas características culturais e naturais.

Figura 2 – Mapa tátil dos biomas brasileiros em exposição no Museu
Catavento



Fonte: Disponível em <<https://www.mulheresdevisao.com.br/post/livro-mostra-como-criar-imagens-t%C3%A1teis>>. Acesso em 24, nov e 2023.

Diante do exposto, a seguir, vamos analisar como as práticas pedagógicas estão sendo trabalhadas para alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem na ciência geográfica.

2.3. Práticas pedagógicas para alunos surdos nas aulas de Geografia

Há diferentes formas de aprendermos os conteúdos, diversos meios didáticos para desenvolvimento e aprendizado das mais variadas disciplinas. O aluno surdo ou a pessoa portadora de surdez tende a aguçar os demais sentidos, sendo observadores detalhistas, característica essa aguçada em alunos surdos, o que redobra o desafio dos professores no preparo de materiais e didática para ensino da Geografia a esse público.

De acordo com Pereira (2019), em seu artigo que trata da ampliação do debate sobre as experiências no ensino de Geografia para alunos surdos, o autor aponta algumas experiências e reflexões que ajudam a pensar caminhos potenciais como adaptação de materiais e recursos, a inclusão de intérpretes de libras, a ênfase na experiência prática, o desenvolvimento de conhecimento espacial, a colaboração interdisciplinar, e a valorização da identidade cultural nas práticas de ensino de Geografia ao aluno surdo.

Desta forma, sobre as análises dos alunos em questão, o contato visual, contato tátil, faz fortalecer e compreender a forma de ensinar. Propondo assim, utilizar recursos de baixo valor e de fácil acesso, agregando outros ensinamentos. Uma forma de explorar esse mecanismo de ensinamento para os alunos surdos seria utilizando atividades dinâmicas que trabalhem com outros sensoriais.

O trabalho com maquetes (Figura 3), por exemplo, consegue aguçar os sentidos e a imaginação do aluno surdo, através da interação desde o processo de confecção dela, na escolha dos materiais, no processo de construção em si, uma vez que apresentando com figuras ou mapas o aprendizado seria limitado.

Figura 3 – Relevo



Fonte: Disponível em <<https://br.pinterest.com/eugenioh0667/relevo/>>. Acesso em 24, nov e 2023.

Bem como o aprendizado pela observação do resultado do que foi construído e que se relaciona diretamente com a Geografia, podendo assim ser realizado o estudo sobre as formas de relevo, as bacias hidrográficas, os tipos de vegetação, os mapas e assim sucessivamente uma infinidade de ideias.

Neste sentido, Skliar (1999) nos diz:

Os contatos que os surdos estabelecem entre si proporcionam uma troca de representações da identidade surda. Através de um conjunto de significados, informações intelectuais, artísticas, éticas, estéticas, sociais, técnicas etc. podem caracterizar-se as identidades surdas presentes num grupo social com uma cultura determinada. Esta autoprodução de significados parece ser o fundamento da identidade surda: uma estratégia para o nascimento cultural (SKLIAR, 1999, p. 12).

Levando em conta as especificidades do aluno surdo, de forma não buscando segregar ou diminuir suas capacidades, mas sim buscando compreender tudo o que o torna singular, o que vai muito além de sua condição física. Diz respeito a toda sua construção de identidade, de forma de aprendizado e maneira de enxergar e se relacionar com o mundo do indivíduo surdo.

Torna-se evidente a importância da busca incessante por meios de tornar a educação da pessoa surda cada vez mais eficiente e inclusiva. A busca por evolução é o que nos faz invariavelmente alcançar algum resultado positivo.

Desta forma, tornar possível que o aluno surdo venha a interagir com plenitude com as matérias estudadas pelo conteúdo programático da Geografia é um ato substancial, de peso político e alta relevância social. A implementação de práticas inclusivas na educação geográfica não apenas atende às necessidades específicas dos alunos surdos, mas também promove uma abordagem pedagógica que beneficia a todos os estudantes, criando ambientes de aprendizagem mais ricos e diversificados.

Através das dinâmicas é possível a construção de um conhecimento sólido, fundado com bases na compreensão real do aluno, no qual ele passa ter uma imagem em sua mente. A confecção de maquetes, já citada, a utilização de pinturas, fotografias, e *powerpoint*, por exemplo, são recursos visuais fortíssimos que possuem esse potencial. Outra técnica que está sendo muito utilizada é a audiodescrição (é uma faixa narrativa adicional para pessoas com deficiência visual, intelectual, dislexia e idosos, consumidores de meios de comunicação visual, onde se incluem a televisão, o cinema, a dança, a ópera e as artes visuais.).

Tais conhecimentos por sua vez ligam-se a elementos da vida real, do cotidiano do aluno, tornando-o então cada vez mais capaz de alcançar suas próprias ideias e opiniões, criando autonomia. Para o aluno surdo, isso significa independência, e a possibilidade dele se integrar na sociedade.

A compreensão do ambiente que nos cerca é imprescindível para que possamos exercer de forma absoluta todas as nossas prerrogativas, direitos, deveres, opiniões, entre outros.

Neste sentido, Galasso e Esdras (2018, p.22), destacam que:

[..] De acordo com o mais recente Censo da Educação Básica, o Brasil contava com 186,1 mil Instituições de Educação Básica em 2016. Com o objetivo de delimitar a pesquisa ao campo da surdez, as informações apresentadas a seguir se referem apenas às Instituições de Educação Básica que possuíam em seu corpo discente alunos surdos, deficientes auditivos ou surdo cegos matriculados no ano de 2016 para unidade federativa brasileira. Para apresentar a evolução ao longo do tempo, também foram utilizados os dados do Censo da Educação Superior realizado pelo INEP no período de 2010 a 2016. Em 2016, foram observadas 31.578 escolas, sendo que 60,38% (22.349 instituições) possuíam alunos deficientes auditivos, 38,60% (14.289 instituições) possuíam alunos surdos e 1,02% (378 instituições) possuíam alunos surdo cegos.

As formas de abordagem e tratamento destas diferenças se configura como de grande relevância dentro deste contexto no qual a homogeneidade é apenas aparente.

Temos que procurar estabelecer princípios da diferença já que, em qualquer lugar, e em especial dentro de uma instituição de ensino, mesmo que só para alunos surdos, caracterizada por uma suposta homogeneidade.

A diferença existe e deve ser encarada visando respeitar as identidades de seus integrantes, em nosso caso, dos alunos. O surdo tem uma língua predominantemente visual, portanto, a necessidade da produção do material didático em Libras é fundamental para podermos aprofundar a comunicação e possibilitar uma identificação com o conteúdo da disciplina.

Galasso e Esdras (2018, p.27), descrevem:

[..]Em 2016, o INES contava com 168 estudantes com deficiência auditiva, 242 alunos surdos e 2 surdocegos. Em segundo lugar no ranking nacional aparece o Instituto Cearense de Educação de Surdos, com 15 deficientes auditivos, 272 estudantes surdos e 2 surdocegos. Em terceiro lugar aparece a Escola Governador Barbosa Lima Com 23 deficientes auditivos e 236 surdos matriculados. A instituição Associação Educacional Sons no Silêncio (BA) (66,7%), a Escola Estadual Francisco Sales Instituto de Deficiência de Fala e Audição (MG) (50,0%) e a CEAADA Professora Arlete P. Migueletti (MT) (39,5%) se destacaram pela elevada porcentagem de alunos deficientes auditivos concluintes. As instituições Escola Estadual Francisco Sales Instituto de Deficiência de Fala e Audição (MG) (68,1%) e Emeps Helen Keller (SP) (40,1%) se destacaram pela elevada porcentagem de alunos surdos concluintes. A pesquisa observou somente 2 alunos surdo cegos concluintes, sendo que um deles estudou no Emeps Helen Keller (SP) e o outro na instituição Alcindo Fanaya Junior (PR).

Sobre a Libras as autoras Dos Santos e Vasconcelos (2019, p.7), abordam:

[..] A Libras, como uma linguagem viva e também forma de expressão de uma comunidade, está respaldada com marco regulatório e traz para esses atores

sociais um maior respaldo para sua inserção nos mais diversos setores da sociedade, destacando-se o setor público e privado especializadas no território brasileiro. A partir da promulgação desta lei, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser meio legal de expressão e comunicação, assegurando também que as instituições de ensino de cursos de formação de professores incluíssem o ensino de Libras em seus currículos.

É compreensível que deve existir em todo âmbito escolar a educação bilíngue, que é a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa. Mas é um desafio da inclusão. O que compreende esse método é a interação da compreensão da oralidade e escrita, envolvendo uma possibilidade melhor de se comunicar com os ouvintes.

Propondo as práticas pedagógicas deve-se ter a motivação dos professores para outros tipos de métodos como já citados na introdução e repetido neste trecho como citados para o uso da metodologia tátil; proporcionando a motivação e a autonomia do corpo docente para a produção de material pedagógico que visa melhorar o ensino da Geografia para crianças, adolescentes e adultos visuais, invisuais e de baixa visão, como também os surdos, que é o tema em questão.

3. CONCLUSÃO

A Geografia para surdos envolve o uso de métodos e recursos que permitam que as pessoas surdas possam compreender e se envolver com os conceitos geográficos. Isso pode incluir o uso de imagens, mapas táteis, legendas em vídeos, língua de sinais, interpretação visual e outras formas de comunicação acessíveis.

É importante lembrar que a Geografia não é apenas o estudo de mapas e localização geográfica, mas também inclui o estudo das culturas, economias, governos e paisagens naturais de diferentes regiões do mundo. Portanto, é essencial que os recursos utilizados para ensinar a ciência geográfica para surdos sejam diversos e inclusivos.

Em resumo, a Geografia para surdos pode ser ensinada de forma inclusiva e diversificada, usando recursos e estratégias que permitam que as pessoas surdas compreendam e se envolvam com os conceitos geográficos de forma eficaz.

Este presente artigo nos leva a contemplar que o ensino da Geografia é sempre desafiador e carece de inovação na didática por parte do docente. Há possibilidades

infinitas para implantação de técnicas que levem o conhecimento geográfico aos surdos.

O sucesso do ensino da Geografia para surdos envolve o ambiente escolar, material didático e as interações entre professor, conteúdo, aluno e intérprete.

O processo de ensino geográfico deve ser programado de forma que o aluno surdo consiga visualizar e compreender os fatores sociais que acontecem nesse espaço, bem como objetivar no aluno surdo o entendimento do objeto desta ciência, que está em constante transformação.

Cabe à escola disponibilizar recursos, materiais e metodologias adequadas, além de corpo técnico qualificado que viabilize o efetivo aprendizado do aluno surdo dentro de um contexto de inclusão, dando-lhe autonomia no planejamento proposto em questão, alinhando a interação de toda classe a ser ensinada, possibilitando a diversidade, a comunicação entre todas as partes envolvidas.

As demandas atuais mais urgentes para a inclusão escolar dos estudantes surdos são: a capacitação dos professores, incluindo o aprendizado da Libras somado a presença constante do intérprete de Libras, bem habilitado, na sala de aula, assim como a pesquisa e a utilização de metodologias e materiais didáticos de Geografia significativos para esses estudantes.

O ensino de Geografia deve ser através de práticas pedagógicas inclusivas, utilizando-se de recursos visuais, pois estes facilitam o aprendizado dos alunos surdos e podem fazer a ponte entre os conhecimentos cotidianos e científicos. Os artefatos tecnológicos, a internet, os mapas conceituais, o uso de imagens, de mapas e maquetes, realização de atividades em campo completam o leque de opções para introduzir o aluno ao ensino dessa disciplina.

Compreende-se a dificuldade de o surdo ter sua acessibilidade devido à falta de recursos no ensino regular, a disciplina em questão, é de grande desafio para seu ensino. Dentre pesquisas em artigos e livros, é observado a dificuldade de elaboração de uma metodologia capaz de ser modelo de base curricular no ensino (SILVA,2020). Assim o tema em questão, quer propor como os métodos visuais e táteis na elaboração do ensino Geografia para surdos são de fundamental importância para o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos.

Com a inclusão, o mundo tem a oportunidade de construir uma sociedade mais justa. A escola que poderá ensinar a todos os alunos, que será capaz de transformar a todos, em alunos capacitados para as demais etapas acadêmicas e para o mercado

de trabalho, capazes de interagir na sociedade é o objetivo a ser atingido. A inclusão educacional é um caminho que visa proporcionar oportunidades iguais para todos, independentemente de suas habilidades ou características individuais. Aqui estão alguns pontos que destacam a importância e os benefícios da inclusão na educação: igualdade de oportunidades, desenvolvimento de habilidades sociais, preparação para a vida adulta, criação de ambientes de aprendizagem ricos, combate ao estigma e preconceito, aprendizado colaborativo, desenvolvimento de talentos, adaptação da prática pedagógica, empoderamento individual, promoção de uma sociedade mais justa. O trabalho contínuo para alcançar a inclusão na educação é crucial para transformar esses objetivos em realidade e construir uma sociedade mais justa e igualitária. Isso requer o engajamento de educadores, comunidade escolar, governos e toda a sociedade.

Mas, encontra-se uma barreira, à inclusão, que acaba tornando-se a negação da própria instituição. Para que a escola possa absorver os alunos excluídos, necessita-se passar por uma revolução que a ponha do avesso em sua razão de existir, em seu ideário político-ideológico, pois será necessária a mudança de muitos conceitos já concretos na atuação escolar, como na gestão escolar nas distintas esferas políticas.

Para Freitas (2008) educador de Geografia, deve compreender quanto a organização do material didático, fatores esses que incluem a compreensão dos envolvidos, bem como maior reflexão do método em sala de aula para que a educação inclusiva e suas especialidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jacqueline Praxedes. Rocha, Illana Silva. Peixoto, Sara Alcantara. **Uma reflexão acerca do ensino de geografia e da inclusão de alunos surdos em classes regulares.** Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/113/93>. Acesso em 12 jul. 2022.

ANDRADE, Sarah. **A educação geográfica de estudantes surdos em uma escola polo da Grande Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação bilíngue de surdos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 ago. 2021. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20apoio%20%C3%A0s,P%C3%ABlico%2C%20define%20crimes%2C%20e%20d%C3%A1 >. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr.

2002. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>>. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. **Política Nacional De Educação Especial: Equitativa, Inclusiva E Com Aprendizado Ao Longo Da Vida**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf. Acesso em 16 jul. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **A Geografia na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2006.

DOS SANTOS, Maria do Socorro Barbosa Almeida dos Santos; VASCONCELOS, Marcela Vitória de. **Ensino de Geografia Para Alunos Surdos: Metodologias Aplicadas em Sala de Aula**. Campinas: Unicamp, 2019.

ESDRAS, Dirceu; GALASSO, Bruno. **A escolarização de estudantes surdos no Brasil: educação básica**. Rio de Janeiro: INES, 2018.

FREITAS, Reinaldo. **Ensino de Geografia e Educação Inclusiva: estratégias e concepções**. 2008.

GALASSO, B.; ESDRAS, D. **A Escolarização de Estudantes Surdos no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://neo.ines.gov.br/neo/panorama_basico/livro_escolarizacao_ed_basica.pdf> Acesso em: 16 out. 2022.

GUARINELLO, Ana Cristina. Berberian, Ana Paula. Santana, Ana Paula. Massi, Paula, Giselle. De Paula, Mabel., **A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná**, 2007.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. **A Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. 2006.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva e a valorização das diferenças**. Disponível em: <<https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimidia/detalhe/educacao-inclusiva-e-a-valorizacao-das-diferencas>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

PCD Legal. **Pergunta 6: Escolas podem recusar matrícula de pessoas com deficiência?** Disponível em: <<http://www.pcdlegal.com.br/leisacessibilidade/pergunta-6-escolas-podem-recusar-matricula-de-pessoas-com-deficiencia/?versao=convencional-mobile>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

PEREIRA, Fabio Rodrigues. Experiências no Ensino de Geografia para Alunos Surdos. **Revista Educação Geográfica em Foco**, [S.l.], v. 3, n. 6, oct. 2019. ISSN 2526-6276. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaeducacaogeograficaemfoco/article/view/1152>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educar em Revista, Curitiba, vol. 33, p. 143-156, 2009.

SILVA, Carina Carvalho. **Estado da arte de pesquisas sobre o ensino de Geografia para surdos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>>. Acesso em 16 jul 2022.

SILVEIRA, J. N. (2013). **Inclusão de Alunos Surdos no Ensino Regular**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/planicies.htm>. Acesso em: 16 jul. 2022.

SKLIAR, C. **Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade.**
In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças.* Porto Alegre: Mediação,
1998.

SKLIAR, C. ***Atualidade da educação bilíngue para surdos.*** Porto Alegre: Mediação,
1999.